

A ARISTOCRACIA OPERÁRIA E A CENTRALIDADE DA POLÍTICA NA DESMOBILIZAÇÃO DA CLASSE OPERÁRIA BRASILEIRA

Nathália de Lourdes Fernandes Correia¹
Eduarda Isis Vicente dos Santos²
Érika Flávia Soares da Costa³
Gabriela de Almeida Silva⁴

Resumo

A finalidade deste artigo é levantar algumas considerações a respeito do papel da aristocracia operária e da centralidade da política na desmobilização da classe operária brasileira. Para isto, parte-se da identificação de como se constitui o fenômeno da aristocracia operária, e da análise dos traços constitutivos do Brasil que levam à formação da nossa aristocracia operária, fundamental na manutenção do status quo e na desmobilização da classe operária brasileira.

Palavras- chave: Aristocracia operária – Centralidade da política – Classe operária.

Abstract

The purpose of this article is to raise some considerations about the role of the labor aristocracy and the centrality of politics in the demobilization of the Brazilian working class. For this, we start with the identification of how the phenomenon of the labor aristocracy is constituted and the analysis of the constitutive traits of Brazil that lead to the formation of our working aristocracy, fundamental in maintaining the status quo and in the demobilization of the Brazilian working class.

Keywords: Labor aristocracy - Centrality of politics - Working class.

¹ Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal de Alagoas – UFAL. Mestranda pelo Programa de Pós-graduação em Serviço Social PPGSS – UFAL. E-mail: nathalia.fernandesc@hotmail.com

² Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal de Alagoas – UFAL. Mestranda pelo Programa de Pós-graduação em Serviço Social PPGSS – UFAL. E-mail: eduarda_isis@hotmail.com

³ Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal de Alagoas – UFAL. Mestranda pelo Programa de Pós-graduação em Serviço Social PPGSS – UFAL. E-mail: erikaflavia2006@gmail.com

⁴ Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal de Alagoas – UFAL. Mestranda pelo Programa de Pós-graduação em Serviço Social PPGSS – UFAL. E-mail: gabrieladealmeidaa@homail.com

I. INTRODUÇÃO

O presente artigo aborda o surgimento do fenômeno da aristocracia operária a partir da fase monopolista do capital, análise necessária para se entender a rápida integração entre a aristocracia operária brasileira e o grande capital, e seu papel na desmobilização da classe operária.

As marcas de um país com industrialização tardia, com uma estrutura de classes formada por trabalhadores disciplinados e sem tradição de luta e por uma classe burguesa desde sua gênese associada ao capital internacional, fazem com que a aliança entre a aristocracia operária e o capital não encontre um entrave significativo nas lutas de classe. Esse contexto imprime a facilidade com a qual essa aliança possibilitou uma paralisia da classe operária brasileira.

II. O SURGIMENTO DA ARISTOCRACIA OPERÁRIA

A partir da crise de 1870-1871, as principais economias capitalistas passam a ser dominadas por monopólios. Através do capitalismo monopolista, experimenta-se uma capacidade de investimento, de manipulação de mercados e de pressão sobre o Estado e que não havia sido possível até então. O Estado aumenta sua intervenção na economia, inclusive através do incremento militar nacional para resolver a concorrência internacional entre os monopólios.

Nesse período, com a expansão industrial e o crescimento dos centros urbanos, surge um mercado consumidor de bens de primeira necessidade e gera também uma nova demanda por serviços, fazendo com que estes setores sejam mais lucrativos e recebam cada vez mais inversões. Surgem também produtos mais refinados, com tecnologia mais elevada. Para sua produção, é necessário que se tenha uma força de trabalho menos especializada que produza matérias-primas, componentes, energia etc. O desenvolvimento dessa tecnologia simplifica as operações no processo produtivo e também impulsiona o crescimento dessa parcela de operários e o emprego de mulheres e crianças na produção. Ao mesmo tempo, o avanço das técnicas e processos de trabalho exige a adoção de alguns trabalhadores especializados, indispensáveis a alguns setores da produção, estes trabalhadores terão salários mais elevados do que os demais.

Em todos os países que se industrializaram surgiu um setor operário mais especializado, com ganhos melhores, maior capacidade de articulação e ação política devido à sua maior cultura e melhor formação profissional, ao lado de um outro setor, mais numeroso, composto por trabalhadores não especializados, muitas vezes por mulheres e crianças, com menos estabilidade no emprego, menor consciência política e menor capacidade de organização. (LESSA, 2014, p. 21).

De acordo com LESSA (2014), ocorre uma cisão no seio do proletariado. Devido à aliança que se dá entre esse setor de operários mais especializados, denominado por Engels como aristocracia operária e a burguesia. Nesse sentido, podemos afirmar que o desenvolvimento do capitalismo monopolista ocasionou o surgimento de um novo setor da classe operária, que se distancia dos demais trabalhadores e se aproxima do grande capital através de uma aliança. É necessário salientar que não se trata do surgimento de uma nova classe social que não é explorada pelo capital, pelo contrário, essa aliança não anula a exploração desta aristocracia operária, apenas resulta em algumas vantagens que podem ser limitadamente expandidas a partir de uma maior exploração do restante dos trabalhadores.

Com o capitalismo monopolista e o imperialismo, aumenta-se a distância entre as condições de vida e de trabalho da aristocracia operária dos demais operários, a aristocracia operária se alia ao grande capital com o intuito de desenvolver o capitalismo e conservar rebaixados os salários dos proletários, e faz com que o Estado passe a intervir em políticas públicas no intuito de baratear ainda mais a reprodução da forma de trabalho, ampliando a mais-valia relativa.

Muito grave, para a história dos trabalhadores, é que esse processo fez surgir uma camada da classe operária que participa do mercado de consumo, que tem suas condições de vida melhoradas com o desenvolvimento do capitalismo monopolista e que adota como sua estratégia lutar para continuar melhorando de vida sob o capitalismo. Dada a sua melhor formação e sua maior tradição de luta, os sindicatos e partidos operários tendem a ser controlados pela aristocracia operária. É ela que, até hoje, fornece os quadros para a burocracia sindical e partidária. A aristocracia operária é a base social para o reformismo e como ela domina os sindicatos e partidos, possui um enorme peso na luta de classes. (LESSA e TONET, 2012, p. 67).

Nesse contexto, cria-se a ilusão de que através do capitalismo haveria uma melhoria na qualidade de vida de todos e que o Estado havia se convertido em um Estado que democraticamente representaria a todos. Como as lideranças sindicais vinham da aristocracia operária, os sindicatos e partidos passaram a representar muito mais os interesses desse setor e do capital do que do conjunto da classe. A burocracia sindical e partidária defende que a revolução não seria mais necessária, e que o desenvolvimento do capitalismo levaria a uma distribuição da riqueza, fortalecendo assim o reformismo dentro do movimento operário.

Tendo em mente o caráter da aristocracia operária desde o seu surgimento, faremos uma recuperação histórica acerca das peculiaridades da formação do Brasil, para entendermos como se constitui o proletariado brasileiro e a que necessidades ele atende, para que possamos levantar considerações acerca da nossa aristocracia operária.

III. OS TRAÇOS CONSTITUTIVOS DO BRASIL

A forma com que o capitalismo se desenvolveu no Brasil ocorreu de forma diferente do que o ocorreu nos países centrais do sistema. A economia colonial brasileira já nasceu atrelada e a serviço do capitalismo incipiente nas comarcas europeias. Sua construção desde o período colonial, perdurando até os dias atuais, de um arcabouço de atividades econômicas básicas internas com foco no mercado externo, reflete os traços de um país colonizado, com caráter exploratório, que emerge através da exploração das riquezas, de índios e de escravos.

A independência política dos países latino-americanos, que ocorre nas primeiras décadas do século XIX, não só não foi capaz de romper com a dependência econômica externa, como aprofundou a divisão internacional do trabalho, ao passo que define a função de cada região. Nesse contexto, identifica-se a formação de uma classe dominante vinculada desde o seu surgimento ao capital internacional, operando para o desenvolvimento do comércio internacional através exportação de bens primários e matérias-primas. Enquanto por outro lado, encontram-se escravos, trabalhadores rurais, meeiros, alguns poucos assalariados, artesãos e pequenos empresários que produziam de forma ínfima para o mercado interno, que juntos não possuíam força para romper com o desenvolvimento do capitalismo brasileiro, orientado para a produção de mais-valia que seria usurpada pelo capital internacional, para acumulação das economias centrais e pela oligarquia nacional.

(...) o desenvolvimento das classes sociais não se dirigiu para a gênese e o desenvolvimento de uma burguesia e de um proletariado, mas para a constituição de uma oligarquia ligada à terra e de escravos, serviçais, trabalhadores rurais e artesãos que, mesmo quando assalariados, distantes estavam da constituição de classe dos trabalhadores dos países mais desenvolvidos. (LESSA, 2014, p. 15).

Na passagem do Império para a República, a transferência da produção do café para São Paulo, exigiu uma grande entrada de capitais estrangeiros, para produção local de insumos e equipamentos necessários e introdução de transportes (ferrovias). Dando origem a segmentos de produção que suprissem essas demandas. A oligarquia local se

modernizou, mas manteve seus traços constitutivos, agora se tratava de uma burguesia urbana e mais rica do que as tradicionais.

Os efeitos da I Guerra Mundial impulsionam o país a iniciar sua industrialização, mas de forma reduzida, através do surgimento de pequenas indústrias para suprir o mercado, ou seja, indústrias voltadas para o consumo interno, produzindo em pequena escala. Como o Brasil era um país que não possuía operários habituados às exigências dos processos de trabalho na indústria, utilizou-se da mão de obra italiana que veio ao Brasil para trabalhar na cafeicultura. Essa classe operária possuía certa tradição de luta e acabou por se confrontar com uma burguesia emergente com fortes traços oligárquicos. De acordo com Lessa, essa foi a única ocasião na história do país em que o operariado obteve vantagem no confronto, que acarretou em 1917 uma greve de vários dias. Com o fim da guerra, as coisas voltaram ao seu normal, o país retomou sua economia agroexportadora e as indústrias retrocedem, levando muitos trabalhadores de volta ao campo.

A crise de 1929 se prolongou até 1939, quando teve início a II Grande Guerra e teve consequências similares às da I Guerra, com a interrupção de exportações, resultando na retomada da industrialização com capitais locais, da produção de bens de consumo para o mercado local e no surgimento de pequenas fábricas e oficinas. Inicia-se a formação de uma jovem classe operária que vinha do campo, sem consciência política e capacidade de luta. Com o fim da Guerra, em 1945, o Brasil fica em saldo positivo. As exportações permanecem sendo de bens primários, mas com a introdução de outros produtos. Desenvolvem-se cidades e rodovias.

[...] surgiu uma burguesia, um setor assalariado de serviços (funcionários públicos etc.) e o proletariado – o país se urbanizava. Desenvolvemos as indústrias, as cidades e classes sociais mais “modernas” não por que rompemos com o grande capital internacional e seus aliados internos. Justamente, o contrário: foi a crise do capital mundial que abriu tais possibilidades e, com a superação da crise, todas elas foram fechadas. [...] Do ponto de vista do desenvolvimento dos trabalhadores, tivemos a impossibilidade de o proletariado se constituir como sujeito revolucionário, tanto devido ao precário e limitado (ainda que real) desenvolvimento do parque industrial nacional, como também pelo fato de ser um proletariado que surgiu de uma industrialização dependente da economia agroexportadora. (LESSA, 2014, p. 33-34).

A subordinação ao capital internacional se conservava, principalmente pelo fato de que não era necessário romper com o novo para se modernizar, as novas classes não precisavam destruir as velhas. Na verdade, o “velho” foi necessário para o desenvolvimento do “novo”, pois era através do capital adquirido pelo latifúndio exportador que o país se industrializara.

Segundo Souza (2011), até então, ocorrera um período de industrialização restringido, com uma expansão da capacidade produtiva industrial, mas com bases técnicas

e financeiras de acumulação limitadas às indústrias leves. Ao adentrar no governo de JK, vivenciamos a eliminação da pequena indústria nacional, mediante o ingresso de capitais estrangeiros com a chegada das multinacionais de países imperialistas no intuito de se apropriar da mais-valia absoluta produzida no país. É no final dos anos de 1950, que inicia a industrialização pesada no Brasil.

Para que isso fosse possível, seria necessária a formação de um acordo ou rearranjo socioeconômico entre Estado, capital privado nacional e empresas transnacionais. Para Souza (2011), o golpe político de 1964 foi decisivo para concretizar esse acordo e iniciar um novo padrão de acumulação. O Estado pós-64 assume a função de assegurar a reprodução do desenvolvimento dependente, agindo diretamente em favor dos monopólios imperialistas. Realiza os ajustes econômicos necessários à integração do Brasil na economia internacional e volta-se para a concentração e centralização de capital, através de um movimento caracterizado por “modernização conservadora”, em que se desenvolve um esquema de acumulação que garante um padrão de desenvolvimento que favorece o capital estrangeiro e os grupos nacionais através do atendimento de uma parcela suntuária de consumidores do mercado externo e interno. É inegável que esse processo de expansão e crescimento econômico resultou em alterações significativas na estrutura produtiva, na infraestrutura e no mercado de trabalho.

IV. O PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO BRASILEIRO E O SURGIMENTO DA ARISTOCRACIA OPERÁRIA

A partir da década de 1970, o país passa por um rápido crescimento econômico e modernização industrial. Foi construído um significativo parque industrial, representado pelos setores da indústria de base e de bens de capital, como o siderúrgico, nuclear, petroquímico, elétrico e de telecomunicações; e bens de consumo, em que seus produtos são incorporados à economia internacional subordinada ao grande capital. O *taylorismo/fordismo* é implantado com maior vigor nas indústrias, implantando a extrema divisão do trabalho, o parcelamento das tarefas em linhas de montagens e o controle de qualidade. É formada uma massa de trabalhadores urbanos que organiza um espaço formado por uma periferia com trabalhadores mais pobres e mal remunerados, condomínios para gerentes, técnicos, diretores e bairros para uma classe média baixa que surgia nesse momento.



A crise do capital que começou por volta de 1970, encontrou no Brasil um país fértil para seu enfrentamento, por meio de uma forte intensificação da exploração da classe trabalhadora, para permitir a retomada dos lucros do capital. Toda a reorganização seria com o intuito de garantir os lucros capitalistas. Ou seja, o Brasil se moderniza, mas mantém o que interessa à burguesia, que é a crescente concentração de rendas e a maior lucratividade para o capital.

A função dos operários de São Bernardo e São Paulo era inteiramente distinta. As multinacionais vieram porque eram o modo mais lucrativo de se levar a riqueza aqui produzida para ser acumulada nos centros do capitalismo mundial. A força de trabalho deveria ser a mais barata, sua reprodução deveria ocorrer da forma a mais precária. As jornadas de trabalho deveriam ser exaustivas, a segurança nos locais de trabalho não seria preocupação e, fundamentalmente, os salários deveriam ser os mais baixos que os capitalistas conseguissem. Sob a ditadura militar e com uma classe operária que não tinha experiência de luta mais significativa, os conflitos inerentes à situação deram origem a um sistema sindical atrelado ao Estado, vendido aos patrões e dominado pelos “pelegos”. (LESSA, 2014, p. 44).

Nesse contexto, identificamos o surgimento da aristocracia operária no Brasil, à medida que a tecnologia se elevava e a produção crescia, esse setor da classe operária se generalizava. Nos países centrais, como assinalado, essa aristocracia operária possuía uma maior especialização e um maior nível cultural e político, que os permitia dominar os sindicatos e aparelhos representativos dos trabalhadores, e estar no Estado como aliada segura da burguesia, além de possuir salários mais elevados. Diferente da aristocracia operária brasileira, que nesse momento, possuía apenas um salário um pouco mais alto do que os demais, mas lidava com a repressão da ditadura ao tentar representar os trabalhadores e operários. A partir da insatisfação com essa situação, esse setor se organiza.

Para Lessa (2014), a aristocracia operária brasileira encontrou sua base social nos demais operários para pressionar o capital e a ditadura, eclodindo nas greves de 1978-1979 no ABC, que apesar parciais e com pautas econômicas, expressaram a força desse setor da classe operária, que se tornou decisivo tanto na produção quanto na luta de classes. Conseguindo mudar o cenário político nacional e provocando uma moderada onda grevista por todo o país, juntando a luta popular à luta operária e pondo fim a ditadura. O desgaste do regime militar é resultante tanto da crise estrutural do capital e da economia brasileira quanto da ascendência desses movimentos políticos organizados. Anunciava-se a entrada em nossa história de uma nova liderança sindical, que derivava da nova aristocracia operária e que exigia aquilo que as aristocracias operárias dos países imperialistas já possuía: sua participação no Estado. O PT aparece para lutar por isso, sob o argumento de que com essa participação, se construiria um país mais justo.

A década que iniciou com as greves terminou com a transição democrática e garantiu a manutenção no poder das mesmas classes que sempre lideraram o país. De acordo com Lessa, é nesse momento que se institui a aliança entre a aristocracia operária, representada pelos sindicalistas (Lula, Jair Meneguelli, Jacó Bittar, Vicentinho, Paulo Gushiken etc.) e o capital, representado por parte da burguesia, que reconhecia as vantagens que essa aliança representaria no controle da base operária e dos trabalhadores.

A fase de transição entre 1980 e 1990, do ponto de vista econômico, é marcado pela recessão, demonstrando que o projeto de modernização conservadora tinha chegado a sua maturidade, por não poder manter o padrão de desenvolvimento, resta ao Estado reconhecer seus limites e perante o movimento político, fazer concessões e negociar, para manter suas formas de dominação burguesa.

A aristocracia operária recebeu do movimento popular uma legitimação que teve sua importância, principalmente, nas primeiras eleições da década de 1980. Cada espaço conseguido pelas lideranças petistas e cutistas em negociações com o patronato era aclamado como uma vitória dos trabalhadores e da luta – cada vez menos dita “socialista” e crescentemente caracterizada como uma luta por uma sociedade “mais justa”. Se esses “espaços” eram conquistados não por um recuo da burguesia, mas sim das lideranças sindicais; se quem acumulava forças era a burguesia, e não o proletariado, era algo que nem sequer estava em questão. Pois do que se tratava era da conquista de um lugar ao sol para a aristocracia operária e sua burocracia, tal como nos países imperialistas, ou, como se dizia, nos “países de democracia avançada”. (LESSA, 2014, p. 64).

Os anos de 1990 são agravados pela recessão capitalista e expressa o esgotamento do modelo de acumulação baseado na produção e no consumo de massa. Nesse contexto, realiza-se um processo de reestruturação produtiva com o intuito de retomar o processo de acumulação, inicia-se um movimento de reordenação da organização do trabalho, com a implantação de novas técnicas de produção e de gerenciamento da força de trabalho. Da mesma forma que o *fordismo* não encontrou resistência na sua implantação, ocorreu com a introdução do *toyotismo*, as modificações que ocorrem no processo de produção inspiradas no modelo japonês, são no intuito de garantir a acumulação do capital por meio de uma readequação industrial, através da precarização do trabalho, da flexibilização de direitos trabalhistas e de uma otimização do trabalho, através do aumento na intensidade das atividades e menor investimento em capital constante.

Com a reestruturação produtiva, ocorre um processo de deslocamento da produção das fábricas para os domicílios dos trabalhadores e um desligamento formal entre empresas e trabalhadores externalizados, que agora passam a produzir como trabalhadores informais, a domicílio ou através de cooperativas e pequenas empresas. Trata-se de uma estratégia de readequação da produção industrial, com base na especialização, flexibilização e qualidade, com o menor investimento em capital constante. O capital

necessita cada vez menos do trabalho estável e cada vez mais das mais diversas formas de trabalho parcial ou terceirizado, que vêm se tornando partes constitutivas do processo de produção capitalista.

Como impactos da reestruturação produtiva, Lessa (2014) traz pesquisas que revelam as assustadoras condições de trabalho encontradas no interior do país, traduzidas na utilização em massa de trabalhadores informais, trabalho infantil, péssima remuneração, ausência de proteção social, condições de trabalho precárias, alto índice de acidentes de trabalho, intensificação e prolongamento da jornada de trabalho.

Para o nosso tema, o que nos chama atenção são as revelações acerca da resistência e luta dos trabalhadores. Em que Heck (2013) apud Lessa (2014) explicita na sua pesquisa que os sindicatos se organizam de forma favorável à manutenção dessa condição, demonstrando sua parceria com o capital, enquanto uma associação de trabalhadores lesionados dentro dos seus limites, realizar um maior enfrentamento ao capital. No cerne dessa questão está o fato de que os sindicatos não podem e não vão se organizar para o enfrentamento do capital, pois são dominados pela aristocracia operária, que assume seu papel de defensora do capital.

Do ponto de vista político, a transição democrática acabou por conduzir um controle da burguesia sobre os trabalhadores, ao promover ilusões reformistas e a colaboração de classe, O PT e a CUT desmobilizam o conjunto dos trabalhadores e evitam o confronto aberto com o capital. Levando a uma verdadeira degeneração dos revolucionários do passado e do movimento popular. A expressão da aliança entre a aristocracia operária e o grande capital está na chegada de seus principais líderes no alto escalão do Estado.

A chegada do PT ao poder não representa a tomada de poder de um partido voltado para os interesses dos trabalhadores, pelo contrário, representa uma a tomada de poder de agentes e fiadores da colaboração de classe entre a aristocracia operária, setores de assalariados não proletários e o capital. Portanto, se trata de uma derrota do ponto de vista da classe operária, do projeto democrático dos movimentos populares e do sindicalismo autêntico.

V. A ARISTOCRACIA OPERÁRIA E A CENTRALIDADE DA POLÍTICA

Para entendermos como a colaboração de classes das organizações sindicais a partidárias, acabaram por direcionar a luta para o terreno da política é preciso conhecer o



conceito de centralidade da política. E para isso, é necessário que tragamos algumas questões acerca do trabalho.

Apreendemos a categoria trabalho a partir da análise marxiana, como intercâmbio do homem com a natureza para a produção dos bens materiais necessários à existência humana, em um movimento que não só transforma a natureza, como transforma o próprio homem, sendo o trabalho a categoria fundante do ser social. Nesse sentido, o mundo social é resultado exclusivo da atividade humana, portanto, radicalmente histórico e social. Ao passo que os homens se criam a si mesmos através do trabalho, e vão criando um mundo objetivo, também criam a sua própria natureza interior. Então, a natureza humana depende das relações que os homens estabelecem entre si no processo de trabalho.

Cada forma de sociabilidade tem como fundamento uma determinada forma de trabalho, a sociabilidade a qual nos debruçamos é a capitalista, fundada pelo trabalho assalariado. Esta sociedade tem na sua raiz uma contradição radical entre o capital e o trabalho. Enquanto o interesse natural do capital é a continuidade da exploração da classe trabalhadora, esta classe trabalhadora tem como interesse natural a eliminação radical desta exploração. A eliminação desta exploração requer uma revolução baseada na mudança radical da forma de trabalho, neste sentido, a substituição do trabalho assalariado pelo trabalho associado.

De acordo com Marx, a única classe que pode liderar essa revolução proletária, é a classe operária, uma vez que esta se encontra por natureza em oposição radical ao capital. Essa revolução deve ser uma “revolução social com alma política”, política no sentido de extinguir as forças políticas que são essenciais para a manutenção da exploração do capital sobre o trabalho e social no sentido de realizar as transformações no processo de trabalho que eliminem radicalmente o capital e suas categorias, reconfigurando a sociedade.

A subordinação da luta política aos imperativos do trabalho para a transição ao comunismo é primordial, já que as alterações no processo de trabalho que substituirão o trabalho assalariado pelo associado. A luta política na eliminação do Estado e na defesa dos interesses da classe operária é necessária, mas não conduz à revolução proletária. A centralidade política do trabalho está na condução da classe operária no processo de destruição do poder político burguês.

A história nos mostra os vários descaminhos das tentativas revolucionárias que não se embasaram nas exigências que Marx tinha identificado, nas condições objetivas internas e externas que seriam necessárias. O fracasso das tentativas revolucionárias traz a ideia de reforma como caminho para a construção do socialismo, sugerindo que a ampliação e o aprofundamento do processo democrático conduziria ao socialismo. De acordo com

Tonet, a centralidade política consiste em atribuir à dimensão política, centrada no Estado, a tarefa de conduzir as transformações necessárias em direção ao socialismo.

No Brasil, o deslocamento da centralidade do trabalho para a centralidade política se deu de forma particular, de acordo com todos os aspectos históricos já citados, também observamos aqui a construção do ideário do caminho democrático para alcançar o socialismo. É essa a base para a inserção da aristocracia operária no Estado. Através de um discurso de defesa de uma sociedade mais democrática, com uma maior participação dos trabalhadores no Estado, dos sindicatos e partidos “dos trabalhadores”, que observados a tomada pacífica de poder do Estado pela burocracia sindical brasileira. Tirando a direção de luta da classe trabalhadora contra o capital e o Estado e transferindo o foco da luta para o parlamento.

Acreditava-se que a tomada de poder pelos partidos dos “trabalhadores” contribuiria para aumentar o poder dessa classe. Quando na verdade evidenciávamos a tomada de poder de partidos burgueses, representados pela aristocracia operária que se dirigia unicamente a favor dos interesses do capital. Sempre que sucederam reações mais expressivas dos operários e trabalhadores, a burocracia sindical e partidária abandonou as lutas e impediu estas se fortalecessem e prolongassem a resistência. É primordial que se mantenha a organização dos setores de classe que participam da colaboração de classes e que os demais permaneçam desorganizados. É por esse motivo que a estrutura sindical não é capaz de organizar os proletários em luta, por que o confronto com o capital representa uma ameaça a eles próprios.

Sem que a luta dos trabalhadores imponha obstáculos à destrutividade do sistema do capital, a paralisia do fundamental dos sindicatos e partidos operários aumenta o espaço de manobra da burguesia. Sem a pressão operária e dos trabalhadores, é muito mais fácil à burguesia administrar as crises pela adoção de medidas que penalizam ainda mais os assalariados em geral, ampliam a destruição do planeta, intensificam a exploração de mulheres e crianças e geram crescente miséria mesmo no seio dos impérios. E tudo isso (e muito mais) só é possível com a manutenção da estratégia de colaboração de classes que ainda predomina entre os trabalhadores. (LESSA e TONET, 2012, p. 79).

Com o avanço da crise do capital e da reestruturação produtiva, maior se torna a concorrência dos trabalhadores e mais a classe operária se dispersa. É nesse sentido que a burocracia sindical e partidária funciona, para preservar essa tendência e garantir uma maior extração da mais-valia e concentração de riquezas, através de uma imposição de condições de vida e trabalho cada vez mais degradantes. Portanto, o que está no cerne da estagnação da classe operária no vislumbre pela emancipação humana, é a aliança entre a aristocracia operária e o grande capital.

É por esse caminho que os partidos, autodenominados de esquerda e as organizações sindicais, contribuíram diretamente para desencaminhar a luta da classe

operária. O resultado é uma classe operária fragmentada, desmobilizada e completamente subsumida aos interesses da burguesia.

VI. CONCLUSÃO

É desta forma que a democracia moderna brasileira se instaura, a partir de uma continuidade do nosso passado, através de uma aliança de classes que perpetua a condição de um país produtor de mais-valia a ser acumulada pelo capital internacional e seus sócios internos, agora formados também pela burocracia sindical e partidária.

Ao levantar essas considerações, concluímos que a única forma de superar a fragmentação e desmobilização operária, implica diretamente na luta contra a aristocracia operária e a burguesia sindical e partidária. E que a única alternativa à classe operária é o confronto direto ao capital, para destruição desta sociabilidade. Para isto, é necessário que se faça uma ruptura com o sistema democrático e burguês, não uma reforma ou aprofundamento deste sistema, como defendem os reformistas.

Diante disso, analisamos a necessidade de resgatar a centralidade teórica e prática do trabalho, para que se retire o foco da luta do parlamento e lhe direcione contra o capitalismo e o Estado. É imperativo que se retome a centralidade política da classe operária, para que esta assuma seu papel de classe revolucionária e compareça às lutas sociais com projeto próprio contra o capital e o Estado.

REFERÊNCIAS

LESSA, Sérgio. **Cadê os operários?**. Maceió: Instituto Lukács, 2014.

SOUZA, Reivan M. **Controle capitalista e reestruturação produtiva: Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade – PBQP**. Maceió: EDUFAL, 2011.

LESSA, Sergio e TONET, Ivo. **Proletariado e sujeito revolucionário**. Maceió: Instituto Lukács, 2012.